



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

<b>CPI - VIOLÊNCIA CONTRA JOVENS NEGROS E POBRES</b>			
<b>EVENTO:</b> Audiência Pública	<b>REUNIÃO Nº:</b> 0875/15	<b>DATA:</b> 16/06/2015	
<b>LOCAL:</b> Plenário 15 das Comissões	<b>INÍCIO:</b> 14h57min	<b>TÉRMINO:</b> 16h58min	<b>PÁGINAS:</b> 43

<b>DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO</b>
CÉSAR AUGUSTO GRUBBA - Secretário de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina. IVAN RANZOLIN - Defensor Público-Geral do Estado de Santa Catarina. PAULO HENRIQUE HEMM - Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina. ARTUR NITZ - Delegado-Geral da Polícia Civil do Estado de Santa Catarina.

<b>SUMÁRIO</b>
Audiência pública para oitiva de convidados.
<b>OBSERVAÇÕES</b>
Houve intervenção fora do microfone. Inaudível.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Delegado Edson Moreira) - Boa tarde a todos e a todas!

Declaro abertos os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito da Violência contra Jovens, Negros e Pobres.

Vamos passar à nossa audiência pública. Temos convidados do Estado de Santa Catarina, que, ao que tudo indica, é o Estado com um dos menores índices de violência contra os jovens, negros e pobres no nosso País, em matéria de homicídios.

Esta audiência pública desta Comissão Parlamentar de Inquérito é resultado da aprovação do Requerimento nº 53, de 2015, de autoria do Presidente Reginaldo Lopes, subscrito pelo Deputado Delegado Éder Mauro.

Esta audiência pública está sendo transmitida pelo portal e-Democracia ([www.edemocracia.camara.leg.br](http://www.edemocracia.camara.leg.br)). Informo que, durante a fala dos convidados, não haverá apartes.

Convido para sentar-se à mesa junto conosco o Sr. César Augusto Grubba, Secretário de Estado Segurança Pública de Santa Catarina; o Sr. Paulo Henrique Hemm, nosso Comandante-Geral da Polícia Militar de Santa Catarina; o Sr. Artur Nitz, Delegado-Chefe da Polícia Civil de Santa Catarina; e também o Sr. Ivan Ranzolin, Defensor Público do Estado de Santa Catarina, grande Defensor e ex-Deputado Estadual e Federal por vários mandatos.

Os convidados terão 15 minutos para fazer suas exposições, sem apartes.

O Defensor Público está subordinado ao Secretário, não está? É independente?

**O SR. CÉSAR AUGUSTO GRUBBA** - Totalmente independente.

**O SR. IVAN RANZOLIN** - E rebelde.

**O SR. CÉSAR AUGUSTO GRUBBA** - E rebelde! (*Risos.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Delegado Edson Moreira) - Então, tendo em vista os sete mandatos do homem, se o senhor me permitir...

**O SR. IVAN RANZOLIN** - Eu gostaria que ele falasse primeiro, já que a maior autoridade é ele.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Delegado Edson Moreira) - Não vamos discutir, então. Já que todos querem, vamos conceder a palavra ao nosso Secretário de Segurança Pública de Santa Catarina, o Sr. César Augusto Grubba.

**O SR. CÉSAR AUGUSTO GRUBBA** - Boa tarde a todos e a todas que se encontram presentes neste plenário da Câmara dos Deputados! Queria cumprimentar em especial o Delegado Edson Moreira, que está presidindo a abertura desta sessão da CPI da Violência contra Jovens, Negros e Pobres da Câmara dos Deputados.

Quero dizer que é uma grata satisfação e uma alegria muito grande atender à convocação desta CPI para aqui comparecer para trazermos os números, os índices e algumas explicações no que tange à temática. Quero agradecer, inclusive, a compreensão da CPI, porque a convocação havia sido para a semana passada, mas nós tínhamos, em Florianópolis, de segunda a sexta-feira, reunião de Ministros da Justiça, Ministros do Interior e Chefes de Polícia do MERCOSUL. Estava presente também o nosso Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo. Por essa razão, pedi o adiamento, que foi concedido para o dia de hoje. Agradeço a compreensão.

Devo dizer também da minha alegria — e já foi feita a colocação pelo Deputado Delegado Edson —, pois é muito gratificante, como Secretário de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina, trazer aqui os índices mais baixos, como já foi colocado aqui, na questão do jovem negro vítima de violência, das mais diversas violências. E não só o jovem negro, mas também os índices de criminalidade, a taxa/100 de homicídio em Santa Catarina, nós, pelo quarto ano consecutivo, desde 2011, 2012, 2013, 2014, somos o 27º Estado da Federação na melhor posição da taxa/100 por homicídio doloso contra a vida.

Eu faço um paralelo entre a população do Estado de Santa Catarina, a população jovem do Estado de Santa Catarina, considerando aí a faixa etária de 15 a 29 anos, o que o IBGE usa para definir o que é jovem no Brasil, trazendo esse paralelo para a faixa etária de 15 a 29 anos, mas englobando só como vítima o jovem negro, e a CPI trata como negro e pobre também. Mas eu já vou esclarecendo que nós não temos... Os nossos sistemas de informação e o sistema integrado de segurança pública em Santa Catarina não estabelecem, na hora de



fazer o relatório, a questão da renda da vítima. No caso, não só da vítima jovem negro, mas também jovem de qualquer outra raça.

Falando no paralelo do Estado de Santa Catarina, nós temos uma população, no último censo demográfico de 2010 do IBGE, de 6 milhões e 248 mil habitantes. Arredondando os números, nós temos hoje uma população de 6 milhões e 700 mil habitantes. Vamos fazer, então, o índice com base nos números atuais. A população de jovens de 15 a 29 anos de todas as raças em Santa Catarina é de 1 milhão e 667. A população de jovens, somente negros, em Santa Catarina, é de 282 mil e 193.

O extrato para a pesquisa: dentro da população total de Santa Catarina, os jovens de 15 a 29 anos representam, então, 26,6% da população. Dentro da população de jovens de 15 a 29 anos, os negros, de que trata a CPI, representam 16,9% dessa população. Dentro da população de jovens negros entre 15 e 29 anos, o número de pobres fica prejudicado, porque nós não temos como levantar esse percentual. Abordaremos, então, na nossa apresentação somente o extrato populacional de jovens de 15 a 29 anos, negros, sempre fazendo um paralelo com os jovens de 15 a 29 anos, de outras raças.

Metodologias: princípios observados para que a gente trouxesse esses índices para esta CPI: análise criminal feita sobre o banco de dados do sistema integrado de segurança pública e abordagem sobre códigos de ocorrência criminal que contenham registro consolidado de idade e raça da vítima, a fim de atender o extrato desejado, porque, em nem toda prática criminal, nós temos esse extrato. Até teria, mas pelo número, nós teríamos que fazer uma movimentação e uma contagem manual — o sistema não nos permitiria.

Então, nós pegamos aqueles crimes que são os que mais impactam a sociedade, que são os homicídios, homicídios dolosos contra a vida, homicídios decorrentes de confronto policial, tanto com a Polícia Militar, quanto a Polícia Civil, e o latrocínio. Por quê? Porque a nossa Diretoria de Inteligência — DINI, vinculada ao gabinete do Secretário, faz a manipulação diária desses índices de criminalidade.

Homicídio: 3 mil... Sempre pegando o ano 2011. Por que peguei o ano de 2011? Porque é o primeiro ano da minha gestão da segurança pública em Santa Catarina. São 4 anos da primeira gestão e mais esses 6 meses agora, de 2015.



Então, temos os homicídios de 2011 a 2015; homicídios em confronto policial com a Polícia Civil também de 2011 a 2015; homicídios em confronto com a Polícia Militar, de 2011 a 2015; e os latrocínios também nesse mesmo período. São 3.874 ocorrências, aí computadas todas as vítimas da criminalidade desses crimes.

Sobre esses conjuntos de dados, nossos analistas de inteligência, como eu já falei, realizam diariamente pesquisas manuais, apurando boletim de ocorrência por boletim de ocorrência. Nos demais códigos de ocorrências criminais violentas, o sistema SISP não permite fornecer relatórios estratificados com recorte de vítimas por idade e raça, restando, então, dessa forma, prejudicada essa análise.

Segunda análise: número de mortes violentas intencionais, por ano, em Santa Catarina, vítimas jovens: nós vimos aqui todas as vítimas — jovens e adultos; crianças, jovens e adultos. E agora nós vamos estratificar para: vítimas jovens por ano, em Santa Catarina. Da mesma forma: homicídio, homicídio em confronto com a Polícia Civil, homicídio em confronto com a Polícia Militar e o latrocínio.

Entre 2011 e 2015, em 4 anos e meio, foram 3.874 vítimas de mortes violentas intencionais. Dentro desse grupo de jovens de 15 a 29 anos, foram 1.824 vítimas. Então os jovens representam 47% das vítimas de mortes violentas intencionais em Santa Catarina. É um dado bastante preocupante, pois metade das vítimas de violência dolosa, no caso, é de jovens entre 15 e 29 anos. Dessas vítimas, jovens negros, considerando-se o total de 3.874 mortes, em 5 anos, apenas 290 vítimas são jovens negros. Então, faço a afirmativa: jovens negros representam 7,5% das vítimas de mortes violentas intencionadas em Santa Catarina, tratando o homicídio, homicídio em confronto com a Polícia Civil, homicídio em confronto com a Polícia Militar e o latrocínio, que representam apenas 7,5% das vítimas de mortes violentas.

Quarta análise: o confronto policial, excluindo a questão do latrocínio e deixando só homicídio por confronto policial. De 2011 a 2015, quantas mortes ocorreram em confronto policial? Foram 306 mortes, incluindo confronto com a Polícia Militar e confronto com a Polícia Civil. Quantos desses jovens em confronto eram jovens de 15 a 29 anos? Foram 62 vítimas, representando 20,2%. Quantas dessas vítimas eram jovens negros? Sete. Isso representa apenas 2,2% das vítimas em confronto policial.



Óbices da pesquisa: do total de mortes violentas intencionais, 37 vítimas não tiveram a idade apurada. Isso representa menos de 1% — 0,96% —, um índice baixo que não compromete os dados coletados. Nós estamos falando num universo de 3.874 vítimas, em que 37 vítimas não comprometem a pesquisa.

Quinta análise: mortes violentas intencionais, por ano, em Santa Catarina, vítimas jovens negros, local do fato. Então são 68,3%... Eu não vou fazer uma leitura de todos os números que há em via pública, residência, bares e similares e outros locais, por ano — 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015, até o mês de junho —, porque é cansativo e os senhores têm na tela esses dados que podem ficar aqui para os senhores manusearem também. Então, eu vou ao fato principal: 68,3% dos crimes ocorrem em via pública, nas mortes violentas de vítimas, jovens negros.

Sexta análise: mortes violentas intencionais, por ano, em Santa Catarina; vítimas, jovens negros. Meio utilizado: 70,3% dos crimes são praticados com arma de fogo.

Sétima análise: mortes violentas intencionais, por ano, em Santa Catarina; vítimas, jovens negros. Motivação: nós destacamos as três principais motivações dos crimes: desavenças, 45%, razão pela qual aquele percentual de via pública é tão alto, — 68,3% dos crimes ocorrem em via pública; tráfico de drogas, 24%; e crime passional, 9,4%.

Oitava análise: mortes violentas intencionais, por ano, em Santa Catarina; vítimas, jovens negros; sexo: 92,4%, quase que uma totalidade, do sexo masculino; do sexo feminino são 7,6%.

Nona análise: mortes violentas intencionais, por ano, em Santa Catarina, vítimas jovens negros, com passagem policial. Isso é um dado relevante, é um dado preocupante e bate também com os dados na questão da maioria — os crimes praticados, por exemplo, por maiores de idade e vítimas maiores de idade também. Nós temos o percentual que fica mais ou menos parecido, com passagem policial e sem passagem policial. Então, nós verificamos que 78,6% das vítimas, jovens negros, possuem um antecedente de passagem policial. É um dado bastante preocupante e é um dado que bate também, como eu já coloquei, quando a gente faz a análise dos crimes de homicídio, por exemplo, em Santa Catarina, onde mais de 80% dos autores de crimes de homicídio e mais de 70% das vítimas de crime de



homicídio, têm antecedentes criminais, várias passagens policiais e respondem a vários processos.

Investigação policial: apuração das autorias; mortes violentas intencionais, por ano, em Santa Catarina — vítimas, jovens negros. Apuração da autoria: em 2011 — é importante destacar esses números —, foram apuradas 69 mortes — vítimas, jovens negros; em 2012, 77 mortes; em 2013, 38 mortes; 2014, 14 mortes; e em 2015, 11 mortes. A apurar, os números estão aí: 24, 19, 24, 6 e 8. Então, nós temos o índice médio de resolutividade para vítimas em geral, todas as raças, de 15 a 29 anos: 68,7%. O índice médio de resolutividade para vítimas, jovens negros, é maior em Santa Catarina: é de 72,1% o índice de resolutividade nos casos de vítima, jovem negro. Há procedimento policial instaurado em todas as 290 ocorrências.

Este aqui repete, na verdade: são 290 ocorrências de vítimas, jovens negros; 204 crimes foram apurados e 86 desses crimes estão em investigação.

A questão dos desaparecidos em Santa Catarina: boletim de ocorrência por desaparecimento — aqui nós não tratamos apenas da questão do jovem negro; aqui nós englobamos todos. Boletim de ocorrência por desaparecimento de crianças, adolescentes e adultos, em 2011, 2012, 2013, 2014, e, até este mês de junho de 2015: média de 3.560 ocorrências de desaparecimento por ano, de 2011 a 2014. Estima-se uma notificação indevida de 40% dos casos. O que seria uma notificação indevida? Seria o marido que saiu de casa de tarde e não voltou para dormir à noite em casa, não apareceu no outro dia de manhã em casa, e a esposa foi à delegacia e registrou o BO. À tarde, no outro dia, ou 2 dias depois, ele apareceu. Então, essa notificação, a gente considera indevida porque não houve um desaparecimento causado por ações de terceiros, mas até por ação própria do indivíduo.

Boletins de ocorrência por reaparecimento: a pessoa vai à delegacia de polícia, registra o boletim de ocorrência por desaparecimento; essa pessoa reaparece 1 dia, 2 dias depois, 3 dias depois, ela deixa de comparecer à delegacia para fazer o boletim de reaparecimento. Então, estima-se uma subnotificação de 60% dos casos de reaparecimento das vítimas de desaparecimento. Então, há a média de 1.659 registros de reaparecimento por ano.

Desaparecidos em Santa Catarina: nós criamos agora nesta gestão, de 2011 para cá, uma delegacia de desaparecidos da Polícia Civil, delegacia própria,



especializada para tratar da questão dos desaparecidos, e, dentro da Polícia Militar, uma coordenadoria, Programa SOS Desaparecidos. De todos esses casos de desaparecimento, atualmente, o Programa SOS Desaparecidos gerencia cadastro de 170 pessoas confirmadamente desaparecidas em Santa Catarina. Dessas 170 pessoas hoje desaparecidas em Santa Catarina, apenas 15, das 170, são jovens e negros.

Bom, esses são os dados que me cabiam trazer à consideração e ao conhecimento da CPI, para que os senhores possam fazer uma análise própria também dessa questão dos índices de criminalidade, quando envolvem, como vítimas, jovens negros de 15 a 29 anos. Depois eu estou à disposição aqui, Deputado, para qualquer eventualidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Delegado Edson Moreira) - Muito obrigado, Secretário.

Eu gostaria de passar a Presidência ao nosso Presidente, Reginaldo Lopes, Deputado Federal mais votado em Minas Gerais e também o mais votado do Partido dos Trabalhadores no Brasil.

Quero fazer menção à presença dos Deputados Orlando Silva, Bebeto, Davidson, Evair, que é do Espírito Santo, e da nossa Deputada. O Deputado Olímpio saiu daqui agora, também participou...

**O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA** - Ele não prestigiou a sua Presidência, que é um marco importante da nossa CPI. Parabéns, Presidente!

Eu vou falar ao microfone, para ficar registrado. Quero registrar aqui a importância de ter o Deputado Delegado Edson Moreira como Presidente desta sessão neste momento, Presidente Reginaldo Lopes. Espero que isso inspire o Deputado Delegado Edson Moreira a acompanhar o nosso debate e, sobretudo, a nos ajudar a garantir os direitos para a juventude. Não é isso, Deputado Delegado Edson?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Delegado Edson Moreira) - Todos os direitos para a população ordeira e honesta. Obrigado.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA** - Que é a maior parte do nosso povo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Boa tarde a todos! Eu estava numa reunião. Desculpem-me, porque demorei um pouco. Quero agradecer





a presença de todos os companheiros e do Presidente, Deputado Delegado Edson Moreira.

Ontem eu fiquei o dia inteiro — viu, Deputado Orlando? — convencendo-o a mexer no ECA, e não na Constituição, sobre a redução da maioria penal. Estamos quase conquistando esse voto importante.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA** - Para ver que a humanidade ainda tem esperança.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Quero passar a palavra ao Defensor Público-Geral do Estado de Santa Catarina, Ivan Ranzolin.

**O SR. CÉSAR AUGUSTO GRUBBA** - Ele foi Deputado Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Eu sei, foi colega nosso aqui.

Por 15 minutos?

**O SR. IVAN RANZOLIN** - Quem foi Deputado tem meia hora.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Nós vamos abrir uma exceção, porque quem foi Deputado tem costume com os microfones e por isso vai ganhar mais minutos.

**O SR. IVAN RANZOLIN** - Quero cumprimentar o Deputado Reginaldo Lopes, que preside esta CPI e afirmar que é um prazer imenso estar aqui com o nosso Secretário de Segurança, Dr. Grubba, com o Dr. Paulo Henrique, que comanda a Polícia Militar, e o meu conterrâneo Artur Nitz, que é lageano, uma das terras mais frias, onde nesta madrugada a temperatura foi abaixo de zero.

Ao iniciar, se V.Exa. me permite, Sr. Presidente, eu quero proceder a uma pequena quebra de protocolo para saudar o meu amigo, Orlando. Quero lhe dizer que tenho grande orgulho de vê-lo aqui. Quando eu fui Deputado, trabalhamos juntos e posso dizer que, tanto para a Copa do Mundo quanto para as Olimpíadas que estão aí, o alicerce foi feito na sua administração. (*Palmas.*) O senhor plantou. O senhor foi um brilhante Ministro.

Eu me dediquei muito aqui no setor de esporte, criei a Frente Parlamentar do Esporte. Pela primeira vez na história, nós trouxemos aqui os campeões do voleibol, e a Câmara adotou a posição de prestigiar os atletas com medalhas, como a Medalha do Mérito Olímpico, com projetos protegendo os atletas olímpicos que,



quando deixam de ser atletas ainda muito jovens, perdem oportunidades porque não têm tempo para estudar.

Por isso eu abri essa exceção para fazer essa saudação e dizer que um alicerce profundo foi plantado na sua administração.

**O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA** - Obrigado.

**O SR. IVAN RANZOLIN** - Eu vim aqui, acompanhando os meus amigos de Santa Catarina, para dizer com orgulho que Santa Catarina é um Estado modelo. Eu sou suspeito em dizer isso, por ser catarinense. Na incidência de crimes e de violência, Santa Catarina talvez tenha um dos menores índices, haja vista os dados trazidos pelo Secretário Grubba, que faz um trabalho significativo dentro da Secretaria de Segurança, um trabalho desenvolvido com a Polícia Militar, com a Polícia Civil, unindo forças. E nós agora chegamos com a Defensoria. Eu fui indicado, recebi um mandato pela Assembleia Legislativa e pela sociedade catarinense para organizar a Defensoria Pública de Santa Catarina, porque lá não existia, existia só a Defensoria Dativa. E depois que o Congresso Nacional publicou a Constituição, ficaram-se décadas sem que se instalasse a Defensoria. O Supremo Tribunal Federal determinou, em um exíguo prazo, que se extinguisse a Defensoria Dativa e se criasse a Defensoria Pública. E eu estou organizando a Defensoria Pública. Hoje, em menos de 2 anos, já somos 107 defensores, 100 analistas, 80 técnicos e fazemos um trabalho muito grande preventivo.

Vou fazer uma breve leitura, bem breve, e depois quero deixar para o Presidente os dados e a maneira como a Defensoria Pública trabalha.

Nós trabalhamos em uma questão preventiva, temos 20 defensores que trabalham exclusivamente com jovens. O que eles fazem? Eles vão às escolas, fazem palestras, além de atender ao hipossuficiente. Quando se trata de jovem, eles acompanham as audiências e acompanham o jovem desde o primeiro desvio de conduta até ao local para onde ele vai por determinação judicial.

Então, na realidade, o trabalho que nós fazemos é de acompanhamento, nós fazemos a defesa. Mas o trabalho maior que está acontecendo agora, de uns meses para cá, é que os estudantes universitários, começando com a Universidade Federal, estão se integrando na Defensoria como voluntários para fazer palestras nos bairros, começando pelos pais e mostrando a eles qual o seu direito, porque o



hipossuficiente não sabe qual é o seu direito, ele não foi para uma universidade. E a incidência é maior no jovem negro do que o jovem branco — eu vou dizer o porquê depois e vou explicar talvez aquilo que os senhores já sabem.

A verdade é que nós fazemos palestras com os pais, nos bairros, começamos na cidade de Lages, e a Universidade Federal se integrou conosco. Nós temos em Santa Catarina o sistema ACAFE — Associação Catarinense das Fundações Educacionais, que tem universidades por todos os quadrantes de Santa Catarina, e nós fizemos parceria com eles. Então, os alunos, através do aprendizado, vêm voluntariamente para prestar serviços à Defensoria, em um determinado período, com escalas e, sob uma orientação nossa, eles fazem as palestras e mostram ao hipossuficiente os seus direitos e onde eles têm de procurá-los.

Como nós estamos há muito pouco tempo em Santa Catarina, estamos atendendo apenas a um terço da população e ainda não completamente, porque nós estamos em 23 ou 24 Comarcas de 112, mas estamos nas maiores Comarcas. Na realidade, nós prestamos o primeiro serviço quando aconteceu um fato, que foi publicado no Brasil inteiro e que deu muita dor de cabeça à Polícia Militar, à Polícia Civil e à Secretaria de Segurança. Foi a ocasião em que Santa Catarina teve centenas ou dezenas de ônibus incendiados. Isso criou uma situação inusitada para nós, porque Santa Catarina é um Estado pacífico, um Estado de trabalho. Aí, as Polícias tiveram que montar um grande trabalho, comandado pelo nosso Secretário, pelo nosso Comandante e pela Polícia Civil. O Ministro da Justiça foi lá, e montamos um grande mutirão.

Os primeiros 45 defensores tomaram posse e foram fazer visitas a todas as penitenciárias, para levantar processos e mostrar aos presos que eles estão lá para serem recuperados. Então, foram feitas revisões processuais, e eles começaram a sentir que tinha alguém, o advogado, ou alguém falando por eles, além das medidas de repressão. Acontece que hoje está pacificado. Eu já cumprimentei aqui o Dr. Grubba e quero repetir: nós temos um orgulho profundo das nossas Polícias. As Polícias Militar e Civil de Santa Catarina são categorizadas, como é o Estado catarinense.

Então, Sr. Presidente, quero dizer que nós fomos criados pela Lei nº 575, de 02 de agosto de 2012, e nós assumimos em setembro, com um prazo para instalar



até março, sob pena de o Governador ser punido pelo Supremo Tribunal Federal. Foi uma decisão do Supremo que obrigava Santa Catarina a instalar para eliminar completamente a Defensoria Dativa, que tinha 6 mil advogados trabalhando na defesa dos hipossuficientes e na defesa das pessoas mais carentes.

Vou deixar os dados estatísticos com V.Exa. aqui, porque eles são muito extensos. Quero apenas deixar registrado que nós atuamos em 24 Comarcas, como eu disse, e recebemos agora mais 30 defensores. Então, estamos com a Defensoria em andamento. Mas os senhores criaram aqui — Congresso Nacional — que em 8 anos nós teremos que estar em todas as Comarcas. Por que a Defensoria passou a ser agora indispensável para o Brasil? Passou a ser indispensável porque o Defensor Dativo, para receber honorários, tem que ajuizar ação, e o Defensor, não. Ele procura fazer conciliação.

Em Florianópolis, nós fizemos, no ano passado, 996 conciliações, que foram processos que deixaram de ir à Justiça. O Juiz apenas homologa, e a conciliação é feita por dois defensores, cada um atendendo uma parte, especialmente na área da família. Houve atendimento em 17 mil audiências, em que estava envolvido um percentual elevadíssimo de jovens, jovens negros e jovens brancos, porque para nós, quando vamos atender, não se faz essa diferença. Houve 58 mil atos, petições ajuizadas, respondidas ou interlocutórias, e 23 mil atendimentos, o que não significa que nós atendemos e resolvemos os 23 mil casos. Mas, na realidade, isso foi feito, foi trabalhado e houve esse atendimento.

Como aqui é uma CPI que trata da questão da violência, especialmente da violência contra o jovem negro — por isso quero fazer a entrega a V.Exa. —, os dados foram trazidos aqui pelo Secretário. E é verdade, porque os senhores podem ver que existem muitas causas de morte — e nós estamos falando da juventude —, causas internas e causas externas. Muitos jovens morrem em acidentes de trânsito, mas, na verdade, o que se tem que começar, não a eliminar, mas diminuir, são os homicídios. São eles, os homicídios, que trazem hoje a violência.

Eu trouxe aqui também dados estatísticos e vou entregá-los a V.Exa. — a Comissão talvez já os tenha. É o Mapa da Violência 2014 Jovens do Brasil, de Julio Jacobo, elaborado pela FLACSO — Faculdade Latina-Americana de Ciências



Sociais do Brasil. Esses números assustam. São milhares de jovens que são assassinados, por vários motivos, no Brasil.

Eu fiz a leitura disso aqui e fiquei impressionado, porque têm muitas coisas que a gente pensa que sabe e não sabe. São dados estatísticos, estudos feitos, sobre os quais a Comissão poderá fazer levantamentos, porque, com base nesses dados sobre violência, pode-se tomar providências. E eu digo mais: as providências têm que ser tomadas a partir daqui, a partir do Congresso, com a colaboração do Executivo, com os Ministérios, porque a legislação nasce aqui, e para que os Estados possam realmente se integrar numa ação fortíssima contra a violência contra as mulheres, a violência doméstica de um modo geral.

Por isso, eu vim aqui trazer a nossa colaboração. Conversei com o Secretário, e a nossa vinda aqui nos possibilitou apresentar algumas ideias — conversei também com a Deputada Carmen Zanotto — sobre a integração cada vez maior do nosso trabalho, porque nós fazemos a defesa e não olhamos a cor. Mas a verdade é a seguinte, e agora vou dizer o que falei no começo: a mulher negra é a mulher mais agredida. Por quê? Por uma questão cultural, e o jovem negro também passa, pelo grande volume de jovens negros, a ser mais agredido. Há mais mortes, talvez, de jovens negros do que de jovens brancos no Brasil — falando de Brasil. Na verdade, é uma questão cultural.

Em Santa Catarina, trabalha-se muito a questão cultural nas escolas com os jovens. Houve um projeto lá chamado Pró-Criança, com creches domiciliares. As crianças até 6 anos iam a uma creche domiciliar no seu bairro, com uma crecheira do bairro, depois ao centro comunitário, ao centro social urbano. Quando chegava aos 14, 15 anos, começava a se integrar à sociedade. E quem é que ia? Só os pobres? O pobre, o negro. E eles faziam um trabalho no centro comunitário e recebiam meio salário. Desse recurso, metade ele levava para casa, metade ficava numa conta na Caixa Econômica, uma conta vinculada a ele, e só o Juiz poderia liberar.

Na realidade, são projetos que precisam ser elaborados. Santa Catarina tem essa finalidade, tem esse objetivo. Tanto o Governador quanto os Secretários de Estado... Na área de educação, existe um trabalho permanente de cuidado da sociedade. E, aqui, quando a gente vem falar do jovem e do jovem negro, eu acho,



Presidente, que V.Exa. e os demais Deputados desta Comissão estão tomando uma iniciativa fundamental, porque sem estatística, sem conhecer os problemas não é possível legislar. V.Exas. têm que ouvir a sociedade, a voz das ruas, mas tem que começar e tem que ser um trabalho integrado com a família. O que eu estou falando os senhores já sabem, mas o que fazer e como fazer?

Por isso eu quero cumprimentar também a plateia presente. Todos estão interessados em escutar, ouvir e debater esse problema. Não é mais possível que o crime organizado vença, que o crime organizado tenha possibilidade de crescer mais, fazendo com que a disputa de pontos estratégicos leve especialmente os jovens a homicídios.

Portanto, eu sou um entusiasta dessa área. Vou entregar a Defensoria no ano que vem, mas quero entregá-la funcionando. E eu tive aqui, hoje, uma ideia brilhante, depois de conversar com o Secretário, a de nos aproximarmos, e eu me integrar a esse trabalho maravilhoso que faz a Polícia Civil, a Polícia Militar e a Secretaria, para fazer uma integração com o nosso trabalho. Já fiz essa integração com o Ministério Público, fizemos em conjunto, e também com a Corregedoria do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

Portanto, eu quero, mais uma vez, cumprimentá-lo. Foi um prazer retornar a esta Casa, onde eu exerci um mandato, e rever amigos Deputados. V.Exas. têm um grande compromisso com a sociedade. Do Poder Legislativo, desta Casa do povo, deve nascer a legislação para que o Brasil possa realmente melhorar em relação ao combate à violência, especialmente do tema que estamos tratando aqui, à mortalidade por homicídios do jovem negro, como é o fato determinado desta Comissão.

Mais uma vez, meus cumprimentos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado ao nosso colega Ivan Ranzolin, agradeço pela contribuição. A Defensoria Pública é fundamental em todo esse processo.

O Delegado Edson Moreira, ao abrir a nossa audiência de hoje, deve ter falado dos nossos critérios para convidá-los a vir à CPI. Convidamos os 6 Estados com maiores indicadores, a partir do Mapa da Violência, em relação a jovens negros



e pobres, bem como os 6 Estados com menores indicadores. Santa Catarina, evidentemente, está em segundo entre os 6 menores, atrás apenas do Paraná.

Perguntei ao Secretário de Estado sobre o percentual de negros, um Estado com percentual pequeno, 16,9, comparado ao Brasil todo, com 53,9, quase 54% de negros — 106 milhões de pessoas. Mas, independente do percentual de negros, o Estado tem uma taxa, como estamos discutindo na CPI, que deveria ser a meta de um pacto federativo republicano no Brasil, para os próximos 10 anos. Deveríamos trabalhar pela redução para um dígito o número de homicídios no Brasil para cada 100 mil habitantes.

Nós consideramos estarrecedores os indicadores. O Dr. Ivan disse aqui muito bem, trouxe o Mapa da Violência, e esses indicadores colocam o nosso País em situação de guerra civil, praticamente. A ONU mesmo considera que acima de 10 é quase uma guerra civil. É uma guerra civil! Nós matamos mais que todos os grandes conflitos internacionais, sem colocarmos os acidentes de trânsito, que matam o mesmo número, aproximadamente, dos crimes de homicídio de jovens.

Nesse sentido, o desejo desta CPI é, ao final, apresentar um plano de metas, bem detalhado tanto do ponto de vista preventivo quanto do ponto de vista das metas pactuadas de redução, não só com os entes da Federação como com todos os Poderes. É fundamental que todos os Poderes estejam envolvidos, e a sociedade, inclusive, participando ativamente dessa nova concepção sobre segurança pública, sobre paz, sobre enfrentamento à violência.

Então, sobre a taxa de homicídios de negros, se fizermos um recorte, em Santa Catarina é 1,6%, não deve chegar a 2 a cada 100 mil habitantes — mesmo o da população em geral é 8,9. Evidentemente, pode-se reduzir, como o Reino Unido, para 1, para 2. Não temos o que comemorar, mas é uma política que tem, de certo modo, a taxa de homicídio. Alguém sempre pergunta: qual é a taxa ideal? É zero. Nós não queremos nenhuma morte por causa externa. A vida é um dom de Deus. Porém, a realidade, a média nacional geralmente fica em 5, 6, o número de homicídios. Santa Catarina pode mais ainda. Está evidente que adota uma política um pouco mais acertada do que o Brasil, porque a média nacional está em 29, da população em geral no País.



Vou passar a palavra ao Sr. Paulo Henrique Hemm, Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina. Estou curioso, quero saber se lá estão fazendo o ciclo completo, como é a história do TCO — Termo Circunstanciado de Ocorrência também. Depois, se puder, nos fale um pouco sobre isso.

**O SR. PAULO HENRIQUE HEMM** - Primeiramente, gostaria de dar um boa tarde a todos; cumprimentar o Presidente desta CPI, o Deputado Reginaldo Lopes; e peço vênias em seu nome para cumprimentar os demais Deputados que fazem parte da Comissão; senhoras e senhores, gostaria de fazer uma alusão toda especial ao Coronel Marlon, Presidente da FENEME — Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares Estaduais, e aos policiais militares de Santa Catarina, ao Coronel Sell, ao Major Sinval, ao Coronel Alfredo, que fazem parte da ACORS — Associação de Oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, que estão buscando os interesses da instituição não só em Santa Catarina mas nacionalmente.

Estamos no comando de uma instituição de 180 anos, uma Polícia Militar que tem um efetivo hoje de 11.170 homens e mulheres espalhados em todos os Municípios do Estado, os 295 Municípios. Temos os menores índices de homicídios e oxalá não tivéssemos nenhum, como disse o nosso Presidente, e estaríamos num Estado e num País perfeito.

Hoje, a nossa Polícia está voltada — sempre foi — mais intensamente à proteção do cidadão. Todos os policiais militares, desde o soldado mais moderno, aquele que entra hoje, até o oficial mais antigo, possuem o terceiro grau — isto é uma diferença. Desde 1999, os nossos cursos têm o foco dos direitos humanos. Também é uma diferença grande. Quero dizer que é uma instituição que está dia após dia junto com a comunidade.

Os demais dados que nós teríamos que repassar foram repassados pelo Secretário. Posso, sim, falar mais tarde, depende do Presidente, sobre o TC. Foi uma experiência que deu certo: desde 2007, a Polícia Militar faz o TC. Foi um decreto do Governador do Estado.

Hoje nós trabalhamos harmonicamente com a Polícia Civil. A polícia e o cidadão têm ganhado muito, o cidadão principalmente, porque, como nós fazemos um serviço preventivo, a polícia está dia após dia junto com o cidadão. E aí nós





temos uma pronta resposta, imediata. Nós ganhamos hoje em torno de 40% a 60%. Nós temos outro processo *online*, que estamos fazendo em Balneário Camboriú, utilizando toda a informática disponível dentro da estrutura organizacional da polícia.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - O TC é *on-line*?

**O SR. PAULO HENRIQUE HEMM** - Isso. Nós fazemos o normal, preenchendo-o, mas hoje temos também um projeto piloto chamado PMSC Mobile. As nossas viaturas possuem todos os equipamentos, *tablets*, impressoras, que fazem com que o policial se torne mais ágil. Nós não necessitamos mais preencher os documentos e encaminhar os registros ao quartel para que sejam inseridos no sistema. Hoje o policial na rua já insere e isso chega de imediato ao banco de dados. O cidadão já tem o número do protocolo e pode acessar através da Internet. Como eu falei no início, com isso nós temos um ganho hoje de 40% a 60% em tempo de resposta, podendo de imediato atender a outras ocorrências. Esse projeto piloto nós queremos estender para todo o Estado, e acredito que vamos conseguir.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - O TC *on-line* vai direto para a delegacia?

**O SR. PAULO HENRIQUE HEMM** - Não, não precisa mais. O cidadão ali mesmo é dispensado.

*(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

**O SR. PAULO HENRIQUE HEMM** - Exatamente. Nada impede que o cidadão possa se dirigir à delegacia. Enfim, nós temos um trabalho harmônico com a instituição Polícia Civil. Está aí o Delegado Artur Nitz. Estamos sempre juntos, em todas as situações, e procurando cada vez mais melhorar a resposta ao cidadão, que é o que mais interessa. O TC é uma realidade dentro da instituição Polícia Militar. Nós temos também no Paraná e no Rio Grande do Sul, com a expectativa de que isso aconteça em todo o Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Sr. Paulo Henrique Hemm.

Passo a palavra para o Delegado-Geral da Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, Sr. Artur Nitz.

**O SR. ARTUR NITZ** - Bem, eu queria cumprimentar inicialmente o Sr. Presidente, todos os Deputados aqui presentes, em especial o Deputado Delegado



Edson Moreira, e seu assessor Pinho, que tão bem me receberam na parte da manhã. Gostaria de cumprimentar o Cel. Marlon, o Sinval e o meu amigo e irmão Cel. Alfredo, lá do meu Estado de Santa Catarina.

Eu vou me ater mais à Polícia Civil, porque todos os dados concernentes ao tema já foram explicitados e repassados pelo Secretário. A Polícia Civil de Santa Catarina hoje possui em seus quadros aproximadamente 3.300 policiais civis. Nós temos, como bem disse o Ivan Ranzolin, 112 comarcas. Nós estamos presentes em todas as comarcas, em todos os Municípios de Santa Catarina. São 295 Municípios e 449 unidades policiais.

Para combater o crime, que é o que mais nos interessa e é o trabalho principal da Polícia Judiciária, foram criadas, nesses últimos anos, 29 divisões de investigações criminais. Nós temos o nosso Estado dividido em delegacias regionais, regiões policiais, algumas compostas por 3, 4, 5, 6 Municípios. Essas divisões combatem o crime macro e também apuram os crimes de homicídio sem autoria. Com base nessas investigações, nós conseguimos obter uma resolutividade além do razoável, de acordo com os índices, até bastante elevada.

Com relação aos policiais civis, eles ingressam somente com o curso superior, assim como ocorre na Polícia Militar. Nós temos também, no Estado, 30 Delegacias de Proteção da Criança, Adolescente, Mulher e Idoso. Temos, na Capital do Estado, uma Delegacia de Homicídio, que combate o homicídio somente na Capital. No restante do Estado, as delegacias e essas divisões de investigações criminais é que apuram os delitos de homicídio.

Desde 2001, foi implantado, através da Polícia Civil, o Sistema Integrado de Segurança Pública — SISP, que hoje engloba todos esses dados que foram fornecidos aqui pelo Secretário, e que estão disponibilizados para todos os órgãos, para o Ministério Público, Poder Judiciário, Polícia Militar. Inclusive um estudo está sendo feito pela Secretaria de Segurança Pública com o intuito de favorecer o cidadão. Ele visa elencar um número maior de delitos que possam ser registrados via delegacia virtual, fazendo com que o indivíduo, da sua própria casa, do seu próprio local de trabalho, faça o registro da sua ocorrência. Dessa forma, o policial pode se integrar à atividade-fim da Polícia Judiciária, que, no caso, é a investigação policial.



Todos os nossos dados e informações são armazenados no Data Center do CIASC — Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina, para consulta de todos os órgãos. O sistema também é integrado com o Instituto Geral de Perícias, que também tem acesso aos dados. Hoje, os próprios laudos periciais são encaminhados por via eletrônica para as delegacias, não havendo mais a necessidade de serem feitos formalmente, através de documentos. Foi um grande avanço que sentimos nos últimos tempos. Os próprios autos de prisão em flagrante e inquérito policial são lavrados no nosso sistema e encaminhados via *on-line* para o Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

Deixem-me ver mais alguma situação interessante. Os mandados de prisão também são inseridos no sistema. Todo e qualquer pedido de mandado de prisão para a autoridade judicial, feito pela delegacia de polícia, pelo delegado, já ingressa no sistema e fica à disposição de ambas as polícias para que seja cumprido. E tão logo a Polícia Militar o cumpra, ela nos comunica, e são todos encaminhados para o sistema prisional, que também nos comunica. O sistema prisional de Santa Catarina pertence à Secretaria de Justiça e Cidadania, e não à Secretaria de Segurança Pública.

E a inserção dos mandados de prisão no sistema também faz com que as polícias, a Polícia Militar ou a Polícia Civil, numa abordagem ou numa *blitz*, consigam tirar de circulação esses indivíduos que tanto mal causam à sociedade.

Nós também estamos implementando uma nova rotina, que é integrar o sistema disponibilizado pelo Poder Judiciário, que também atinge os cartórios. Tão logo ocorra o registro de um óbito em algum cartório dos Municípios do nosso Estado, ele já migra para o nosso sistema, para que possamos ter um banco de dados compatível, que nos permita checar com alguma outra informação que seja necessária para nosso estudo e também para algum pedido sobre a forma, sobre como isso foi realizado.

Os próprios dados do SISP são encaminhados à SENASP, via *web*, de imediato. São dados disponibilizados a qualquer momento. E todas as ações envolvidas levam em conta os padrões da Secretaria Nacional de Segurança Pública.



Então, estamos inseridos nesse sistema. As nossas academias têm a cadeira de direitos humanos, tanto a Polícia Civil como a Polícia Militar, o que faz com que o policial civil, quando ingressa na profissão e vai à rua exercer sua atividade, saiba como agir perante todas as situações, e agir sempre respeitando o ser humano, acima de tudo.

Enfim, eram essas as informações que eu queria prestar, porque todos os dados foram compilados pelo Secretário.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado.

Vamos passar à lista dos Deputados inscritos. Depois eu também quero fazer algumas perguntas.

O primeiro inscrito é o Deputado Delegado Edson Moreira.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA** - Sr. Presidente, o nosso colega Ivan abriu a porta do galinheiro para V.Exa., e para o Davidson e esse pessoal todo, com essa estatística do Dr. Jacobo, que V.Exa. já tem, já usa, está na sua cabeceira. Quer dizer, a porta do galinheiro foi aberta. Tudo veio contra nós, mas estamos aqui atentos a isso. A porta do galinheiro está aberta para as raposas. As raposas entraram todas lá dentro, com essa estatística que V.Exa. nos passou, do Dr. Jacobo, que segue o DATASUS. Então, não é uma coisa exata, e é até 2012. Mas nós estamos aqui atentos a isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Não, ele trouxe uma novidade.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA** - Novidade não.

**O SR. PRESIDENTE** (Reginaldo Lopes) - Eu estava me baseando em 2012, ele trouxe dados de 2014. Então, nós estamos mais atualizados, Deputado.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA** - Aí é que abriu de vez mesmo a porta do galinheiro para as raposas. Aí, sim!

Bom, vamos continuar, só quis fazer uma introdução.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Quanto a fatos, são difíceis os argumentos.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA** - O DATASUS não... Como eu já expliquei anteriormente, as mortes não são computadas como um todo. Todas as traumáticas são computadas, inclusive as de trânsito.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Deputado Delegado Edson Moreira, não querendo cortar V.Exa., mas eu perguntei ao nosso Secretário César Grubba, e ele falou que, de fato, eles alimentam diariamente o sistema e também contribuem para o Sistema Nacional de Estatísticas em Segurança Pública semanalmente. Então, pelas informações do Secretário de Estado, Santa Catarina contribui para que possamos resolver esse grande problema da segurança pública no Brasil, que é não ter dados.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA** - É importante.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Isso é bom, porque nós vamos ter mais estatística, vamos ter os dados da Segurança Pública, dos próprios gestores do sistema, e, somados a ele, também os estudos do DATASUS.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA** - Mas que a porta do galinheiro foi aberta, foi aberta! A porta do galinheiro foi aberta e as raposas estão lá dentro. Disso eu não tenho dúvida.

Mas vamos continuar o debate. Eu acho que o TCO feito por Santa Catarina, pela Polícia Militar, é inconstitucional. O art. 144 é muito claro nesse sentido. A polícia ostensiva é preventiva. A ação do Governador é inconstitucional. Podemos até mudar isso posteriormente. Se eu fosse advogado de Santa Catarina, entraria com uma ação popular e anularia todos os TCOs realizados pela Polícia Militar. Por quê? Porque é inconstitucional. A Constituição é clara: ostensiva, preventiva. Isso é importante. O verbo é taxativo. Se o Governador fez isso, fez de maneira inconstitucional. O Supremo Tribunal Federal já se manifestou diversas vezes, por diversos Estados. Mesmo assim, o pessoal continua desobedecendo ao STF. É súmula vinculante! É súmula vinculante! Mas tudo bem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Só para colaborar com V.Exa., o Subprocurador que esteve presente aqui disse que isso é a bem do serviço público. Só para não perder a amizade. Eu não posso perder a provocação. *(Risos.)*

**O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA** - É lógico. Nós estamos aqui para isso. Eu estou só explicando. São Paulo, por exemplo, faz uma coisa praticamente inédita no Brasil: todos os homicídios praticados por policiais militares, em serviço ou não, são investigados pela DHPP. Lá, o Governador deu a ordem,



que não é inconstitucional, porque, com o advento da lei de 1996, que determinou que os homicídios dolosos contra a vida fossem para o Tribunal do Júri...

Então, a Polícia Civil investigar os homicídios, como em Belo Horizonte também... O que aconteceu em Belo Horizonte, em Minas Gerais? Havia sérios homicídios. Por exemplo, a distância do tiro à queima-roupa, pelas costas, o laudo estava taxativo. O pessoal falou que era em legítima defesa. Tiro pelas costas? Aí, foram tantas aberrações que os Promotores do Tribunal do Júri começaram a mandar todos os casos para o DHPP investigar. Quer dizer, assoberbou o nosso trabalho lá.

Mas os dados de Santa Catarina estão muito bons, embora haja violência lá também: ônibus queimados, presídios dominados por criminosos, e não foi uma vez, foram três vezes seguidas. Por exemplo, não sei se foi no mesmo Governo, mas foram três vezes seguidas que os presos acharam que deviam tomar conta do Estado. E tomaram: ônibus queimados, mortes, tiros em delegacia, tiros em quartel da PM. Eu me lembro bem disso. Mas é um bom Estado. Em matéria de controle de homicídios, está muito bem. Está de parabéns o Estado de Santa Catarina, fazendo só esses pequenos reparos.

Sr. Defensor, foi aberta a porta do galinheiro para esse pessoal aí, para essas raposas. Então, para eu devolver esse trabalho, que estou fazendo desde o começo, vai ser difícil, mas vamos conseguir.

Com relação a essas rebeliões e esses acontecimentos em Santa Catarina, aliás, não só em Santa Catarina, mas em São Paulo, no Nordeste todo, no Brasil afora, nós apresentamos um projeto que acrescenta parágrafo único ao art. 42 do Código Penal brasileiro, que fala da detração penal. O que é a detração penal? Todas as prisões temporárias, preventivas e cautelares, no decorrer da investigação até a sentença final, são computadas para o desconto futuro da pena. Então, o preso vai cumprir a pena, e, ao cumprir a pena, se tentar fuga, fizer rebelião dentro dos presídios, cometer crime dentro dos presídios, a pena dele volta ao *status quo* inicial.

Por que fizemos isso? Porque a finalidade da pena, como bem diz a doutrina, como bem diz o nosso Código, como bem diz o legislador, é reeducar o criminoso. A intenção da pena é essa. Se está querendo fugir, se está cometendo crime dentro



do presídio, se está fazendo outras ilegalidades, ele tem que pagar pelo que está fazendo e retroceder, porque não foi reeducado, não está pronto ainda para ser solto na sociedade. Esse é o projeto que nós fizemos, que apresentamos.

No mais, Sr. Presidente, vai ser preciso tirar as raposas do galinheiro e fechar a porta de novo. Na próxima sessão nós faremos isso aí.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Delegado Edson.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Pois não, Deputado Éder Mauro.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO** - Sr. Presidente, como fui subscritor no requerimento, eu gostaria da deferência de V.Exa. em nos dar a palavra logo, até porque temos uma reunião.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Com a palavra V.Exa.

Depois ouviremos o Deputado Davidson Magalhães e o Deputado Dr. Jorge Silva.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO** - Eu agradeço aos colegas que estariam na vez.

Bem, Sr. Presidente, eu gostaria inicialmente de pedir desculpas aos convidados pelo meu atraso, porque estava numa reunião em um Ministério. Mas minha posição aqui, hoje, vai ser uma só, única. E vou começar, como sempre prometi ao Presidente da Comissão, falando que esta CPI foi criada para apurar a morte de jovens negros e pobres. E desde o início eu coloquei que não estão morrendo jovens negros e pobres neste País, estão morrendo jovens neste País. A especificação "negros", e no início alguns palestrantes colocaram que à cor negra estaria somada pardo e outras cores para considerar o negro. Então, eu considerei o negro, por ser grande parte da população de cor escura. Considere-se o negro aí. E pobre também, sem dúvida nenhuma. A maior parte da população brasileira é pobre.

Alguns nesta Comissão, que, infelizmente, não estão aqui, querem direcionar que existe um genocídio na morte de jovens negros neste País. Mas, para que eu pudesse fazer minha colocação única, eu queria perguntar aos quatro. E, se vocês



puderem, só confirmem ou não balançando a cabeça, e eu faria logo minha colocação.

Quase todos colocaram a questão de que apenas 2% de jovens mortos no Estado são negros. Confirmam? Se confirmam 2%, então 98% são outros tipos de jovens, de cor branca, parda. Confirmam?

Sr. Presidente, só sua atenção, Sr. Presidente. A Relatora também não está, e é muito importante isso para mim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Eu só estava respondendo a pergunta do...

**O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO** - Só sua atenção. Os quatro me confirmaram que, no Estado de Santa Catarina, dos jovens mortos em crimes ou qualquer outro tipo de coisa são 2%. E que, portanto, 98% são de outras cores que, com certeza, a predominantemente é branca. E como eu insisto que não existem genocídios, como eu insisto que não é a polícia quem mata e como eu insisto que o que mata neste País são a desagregação da família e a falta de política públicas da União e do Estado perante a nossa população jovem, com cursos técnicos, com cursos integrais, com esporte, e a falta dessas duas coisas leva a essa juventude ao envolvimento da droga e do crime e, conseqüentemente, às mortes, eu pergunto, então, a todos e aos convidados se está existindo genocídio em relação aos brancos que estão sendo mortos em Santa Catarina. Noventa e oito por cento dos jovens brancos estão sendo mortos em Santa Catarina. É um genocídio? Fica essa pergunta no ar. Eu não considero. Eu não considero também, colegas, mas, nesta Comissão, alguns querem entender que é isso, porque no Brasil estão morrendo jovens negros e pobres. E eu digo que são pobres, sim, porque a maior parte da nossa população é pobre. E que são negros, considerando todas as cores que possam chegar a esta cor negra.

O que está matando a nossa juventude, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, é a falta de políticas públicas dos Estados e da União perante a nossa juventude e o envolvimento dessa juventude com o crime e com a droga. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Com a palavra o Secretário César Augusto.





**O SR. CÉSAR AUGUSTO GRUBBA** - Permita-me, Deputado Éder, apenas uma retificação. O número não muda muito, mas é bom esclarecer que 47,8% das vítimas de mortes violentas em Santa Catarina são jovens de 15 a 29 anos — 47,8%. E 7,5% dessas vítimas são jovens negros. Os 2,2% dos jovens negros são em confronto com a Polícia Militar ou Polícia Civil. Mas são 7,5%.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO** - Ainda assim é um percentual muito pequeno.

**O SR. CÉSAR AUGUSTO GRUBBA** - Sim, sim. Só para não deixar o número...

**O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO** - Isso. Eu só quis citar a questão para mostrar que há o inverso em Santa Catarina e nos Estados do Sul, em que quase a totalidade da população é de cor branca, pela origem da população, quando se iniciou o Estado. Não é diferente no que se quer colocar no restante do País, no que esta CPI quer insistir, por alguns, que a polícia está matando negros neste País, que quem está morrendo são os negros e pobres neste País. Eu digo que quem está morrendo são os jovens, que não existe genocídio, nem contra os brancos em Santa Catarina e nem contra os negros no restante do País.

Esta CPI, pela sua Relatora e pelos demais colegas que aqui a compõem, deveria ser consciente. Nós deveríamos ser conscientes de que o que está matando a nossa juventude é a família que está desagregada, as políticas públicas, que não existem. E nós precisamos achar a causa exata em cima disso, para que possamos tirar a nossa juventude das drogas e exatamente do crime, que é o que está levando à morte.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA** - É como abrir a porta do galinheiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Está inscrito o Davidson e depois o Major Olimpio. Não. Desculpe. Davidson, Dr. Jorge Silva e depois Major Olimpio.

Com a palavra o Deputado Davidson Magalhães.

**O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES** - Boa tarde. Perdoem esse debate sobre raposa e galinheiro, que é coisa de mineiro, é a polarização do Atlético e o Cruzeiro. Portanto, não tem nada a ver com o tema, não. *(Risos.)* Essa



polarização entre raposa e galinheiro só pode ser coisa de mineiro. É Atlético e Cruzeiro. Não deve ser nada relativo ao tema.

Essa exposição que foi feita é muito interessante, porque nós estamos tratando de um Estado que está fora da curva. E acho que essa experiência, quando foi concebido por essa CPI trazer aqui o debate dos Estados onde há maior incidência da violência e os Estados com menor é exatamente para nós absorvermos essas experiências positivas e as dificuldades que existem. Diz-se sempre que a exceção confirma a regra. A exceção não contraria a regra. Se existe a exceção, é porque ela confirma a regra.

Esse relatório da violência de 2014 mantém a mesma tendência de 2012. Em 2012, foram 30 mil jovens assassinados, e 77% são negros e pobres. Não vamos mais debater sobre esse tema, é recorrente essa discussão aqui nesta CPI, e a CPI é para isso. É para debater e ver a causa das mortes, do desaparecimento de jovens negros e pobres no Brasil. Então, não vou entrar mais nesse mérito. É claro que para se saber a composição étnica de Santa Catarina é só ver a formação histórica do Brasil. Eu não vou entrar nem nesse debate, que é um conhecimento que todos os Deputados devem ter sobre essa realidade. Mas eu vou me ater aqui exatamente à preocupação com a contribuição que os senhores podem dar a esse debate aqui.

Primeiro, em relação à investigação. Em todos os debates ficou muito evidente que, no Brasil, existe uma cultura da violência, e um dos elementos dessa cultura é a impunidade. Os padrões internacionais chegam a 90% no Reino Unido, 80% nos Estados Unidos, 65% na França, de apuração, de investigação e determinação dos responsáveis pelos homicídios. Um dos problemas do Brasil, da cultura da violência, é a impunidade, que envolve uma cadeia de responsáveis por essa impunidade.

Eu ouvi do Delegado-Geral uma apresentação. Cheguei um pouco atrasado e não vi o dado em relação à investigação e a definição das responsabilidades pelos homicídios. Acho que essa contribuição é importante, e nós precisamos dela em relação a esse debate. Portanto, eu gostaria de pegar os índices que vocês têm em relação à investigação sobre os homicídios, porque esse é um dado importantíssimo para combatermos a impunidade.



Aliás, no Brasil, o que dá espetáculo é crime contra o patrimônio. Crime contra a vida infelizmente tem caído na vala comum. E as ações de Ministério Público, etc., quando não dá holofote e quando é feito na periferia, então, não tem o ciclo completo do processo investigatório. Então, eu gostaria de saber, primeiro, esse dado: como vocês estão em relação a essa questão desse processo investigativo.

E, segundo, também já levantamos na CPI que há uma falsa dicotomia. Não se está discutindo aqui se a polícia mata ou a polícia deixa de matar. Não é esse o problema. Se fosse esse o problema, quando nós vamos observar o principal crescimento do índice de violência no Brasil, isso se dá na década de 80 e na década de 90. São as duas décadas perdidas. São as duas décadas em que não tivemos política social. Tivemos ausência do Estado. E uma parcela significativa. É só ver o mapa. Os senhores devem ter inclusive, no próprio Estado de Santa Catarina, quais são as regiões. São as regiões de bolsões de miséria, bolsões em algum lugar de êxodo rural, etc. Portanto, isso aí já se tem muito definido. Nós não estamos discutindo aqui se é isso. Agora, que existe um elemento importante da violência policial, dos maus policiais, do envolvimento, isso aí é claro.

Se não fizermos a separação do joio do trigo não permitiremos que a nossa polícia, que é necessária... O aparato coercitivo de um Estado Democrático é fundamental, mas ele precisa ser entendido como um aparato coercitivo de um Estado Democrático.

Eu ouvi aqui uma experiência que foi interessante, apresentada pelo Comandante Geral da Polícia Militar, na questão da formação, na questão do registro. Eu gostaria de saber inclusive dessa experiência, porque um dos elementos para que nós possamos coibir e combater aqueles maus policiais, aqueles policiais que entendem que estão indo para um combate, que não têm essa concepção que o senhor falou, que eu acho que é fundamental da polícia cidadã para garantir a segurança pública,... Polícia cidadã não significa que a polícia é que não vai ter autoridade e a força devida quando combate o crime. É também uma falsa dicotomia essa situação. Precisamos ter clareza disso porque senão ficamos com falsos dilemas e, no afã de fazer a defesa, terminamos reforçando exatamente esses lados podres que existem e que dificultam o reconhecimento e a colaboração da



população no processo investigativo, que é um dado fundamental para nós chegarmos às causas dessas mortes, desses homicídios.

Portanto, parablenizo os expositores pelas apresentações. Eu conheci o Ranzolin, mas quando tratava de gás natural. Quando eu fui Vice-Presidente da ABEGÁS, você foi lá da SCGÁS, eu era da BAHIAGÁS. Não sabia que você também agora era defensor público. *(Risos.)* É boa essa experiência.

Então, eu gostaria dessas informações, Sr. Presidente, porque inclusive eu estou em outra Comissão, e infelizmente aqui é assim e eu vou ter que me retirar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Com a palavra o Secretário César Augusto Grubba.

**O SR. CÉSAR AUGUSTO GRUBBA** - Obrigado, Sr. Presidente. Com relação ao índice da resolutividade dos homicídios geral, no Estado de Santa Catarina, é de 68,7%. No Estado. Na Capital eu não tenho bem o índice, porque eu não trouxe, mas ele é um pouco maior, porque nós temos numa delegacia especializada, uma delegacia de homicídios na Capital. Ele cresce para 74%, 75% de resolutividade.

E eu trouxe aqui o de vítimas jovens e negros, que é de 72,1%, no Estado.

**O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES** - Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Com a palavra o Deputado Dr. Jorge Silva.

**O SR. DEPUTADO DR. JORGE SILVA** - Sr. Presidente, boa tarde, ao cumprimentá-lo, quero cumprimentar a toda a força de segurança, todos os representantes de Santa Catarina. Como já foi falado aqui, vemos que Santa Catarina é um Estado fora da curva do ponto de vista de violência, do ponto de vista do número de homicídios. Diferentemente do Delegado Éder Mauro, que já saiu, eu acho que esta CPI está no caminho certo, acho que ela é extremamente oportuna do ponto de vista de estar fazendo essa discussão em âmbito nacional.

Não tenho dúvida de que é uma oportunidade para que os diversos Estados brasileiros venham aqui e que nós estejamos indo aos diversos Estados brasileiros, e realmente tirando isso debaixo do tapete. Essa violência que coloca o Brasil nos primeiros lugares do ponto de vista de homicídio. Nós perdemos, hoje, com homicídios e acidentes de trânsito, mais de 100 mil pessoas, a maioria de jovens. Então, eu acho que temos realmente que fazer essa discussão.



Algumas coisas que me chamaram a atenção. Primeiro, quando os representantes de Brasília estiveram aqui. Sabemos que os policiais de Brasília são os que têm o melhor salário, no âmbito nacional. E eu perguntei ao Coronel da Segurança Pública de Brasília qual era, e ele me falou que os policiais de Brasília, todos, para adentrar a polícia tinham nível superior. Aqui também o Coronel Paulo Henrique nos diz que os policiais Santa Catarina também têm nível superior.

Qual é o salário do policial em início de carreira, Coronel? Tem ideia?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Com a palavra o Secretário.

**O SR. CÉSAR AUGUSTO GRUBBA** - Nós fizemos uma política salarial recente, 2 anos atrás, estamos em implantação dessa política salarial. Tem uma parcela agora em agosto e uma parcela em dezembro, para finalizar toda a política salarial. Transformamos os vencimentos lá em subsídio, tanto para oficiais da Polícia Militar como para delegados de polícia. E também a Polícia Militar para oficiais bacharel em Direito, curso obrigatório para bacharel em Direito; para delegado, também, bacharel em Direito. E para os demais, praças, agentes e escrivães, qualquer curso superior. Mas, hoje, se eu não me engano o inicial está 4 mil e... Alguém pode me ajudar? Artur, 4 mil e...

**O SR. ARTUR NITZ** - Tenho aqui os dados.

**O SR. CÉSAR AUGUSTO GRUBBA** - Não, pode passar, passa aí.

**O SR. ARTUR NITZ** - Agora está indo para 3.842 reais.

**O SR. CÉSAR AUGUSTO GRUBBA** - O inicial, não é?

**O SR. DEPUTADO DR. JORGE SILVA** - O.k., o.k.

**O SR. CÉSAR AUGUSTO GRUBBA** - O soldado. O soldado e o agente que...

**O SR. ARTUR NITZ** - Três, oitocentos e quarenta e dois, agora em julho, mais 17%, que é a indenização.

**O SR. CÉSAR AUGUSTO GRUBBA** - O.k.

**O SR. DEPUTADO DR. JORGE SILVA** - Brasília começa com 5, tem mais alguns, chega a 6 mil reais. É o que o Coronel...

**O SR. CÉSAR AUGUSTO GRUBBA** - É. Esses 17% da indenização todos recebem, todos. Então, o inicial é 4 mil, 4,2 mil, 4,3 mil. O inicial.

**O SR. DEPUTADO DR. JORGE SILVA** - O.k.



**O SR. CÉSAR AUGUSTO GRUBBA** - Então, em dezembro ele vai a 5 e pouco.

**O SR. DEPUTADO MAJOR OLÍMPIO** - Senhores, São Paulo, 50%...

**O SR. DEPUTADO DR. JORGE SILVA** - Então, só para a gente poder contextualizar. Eu acho que esse é um dado importante que deve chamar a atenção da gente, não é? Nós temos realmente um número, uma vitimização, uma letalidade da polícia em alguns Estados que chamam a atenção. E nesses dois Estados, por incrível que pareça, nós temos esses números, também, que devem chamar a atenção, em que nós temos policiais com maior nível salarial, policiais que já iniciam com nível superior, está certo? Então, eu acho que é um dado que deve ser analisado com bastante acurácia, para que a gente realmente possa estar vendo realmente a importância disso.

Mas, a segunda coisa que eu acho que vale a pena a gente ressaltar é em relação ao uso da tecnologia. Parece-me que o uso da tecnologia pela força de segurança do Estado de Santa Catarina é algo bem avançado que permite que esteja praticamente *on-line* o sistema de segurança do Estado de Santa Catarina. Com certeza, é um avanço que, somado a esses diversos aspectos, leva, reflete e deve ter grande repercussão nesse número. Além disso, com certeza, a presença de políticas públicas pelo Governo do Estado, que é um terceiro pilar importante.

Então, eu gostaria que vocês, depois, fizessem uma avaliação em relação a esses dois aspectos: ao uso da tecnologia e ao salário e terceiro grau para o início de carreira dos policiais

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - O.k. Obrigado, Deputado Dr. Jorge Silva, atuante aqui na CPI.

Com a palavra o Deputado Major Olímpio.

**O SR. DEPUTADO MAJOR OLÍMPIO** - Sr. Presidente, nossas autoridades de segurança pública de Santa Catarina que hoje nos estão brindando com informações mais do que preciosas no objeto desta CPI, Srs. Deputados. Quero também saudar com muita satisfação a presença do Coronel Marlon, que foi reeleito, hoje, Presidente para mais uma gestão na Federação Nacional das Entidades de Oficiais Militares, e é de Santa Catarina, o Coronel Aradzenka e o Coronel Celegato, do Comando Geral da Polícia Militar de São Paulo.



Sr. Presidente, são tantas presenças, exatamente porque nós estamos acreditando na forma que V.Exa. e a nossa Relatora, Deputada Rosangela Gomes, vêm conduzindo esta Comissão Parlamentar de Inquérito. E, em determinado momento, entenderam por bem ouvir as autoridades de segurança pública. Eu confesso da minha preocupação e até da minha presença como membro desta CPI, porque, no princípio, vi que estava internalizado nas manifestações de alguns Parlamentares que o resultado da CPI já estava pronto, quem mata negro e pobre da periferia é a polícia, logo, a polícia, ao invés de ser uma solução para o problema da segurança das pessoas, é o algoz do negro e do pobre da periferia menos assistida.

E quando nós vemos as nossas autoridades vindo aqui, com toda a propriedade, manifestando a realidade da política de Estado, quando vêm o Secretário da Segurança Pública, o Comandante-Geral da Polícia Militar, o Delegado-Geral, o Defensor Público-Geral, manifestando-se pela população, uma coisa fica muito bem clara: que a polícia, talvez, ainda seja a maior solução.

Desgraçadamente, nós gostaríamos que as políticas públicas fizessem com que a sociedade estivesse numa situação de melhor equilíbrio, que não morressem 64 mil pessoas executadas por ano e que não estivéssemos com uma CPI para verificar que temos, sim, doses de racismo em nosso País, que a população tem manifestações racistas. Muito embora as organizações policiais tenham membros da própria comunidade, muitas vezes, as pessoas imaginam: *“Olha, o pessoal vem num disco voador de outro planeta”*. Não, o policial é membro da comunidade, membro pobre da comunidade.

A Polícia Militar de São Paulo, no dia 13 de maio, fez até uma manifestação muito bonita. Segundo levantamento, 35% do efetivo da Polícia Militar do Estado de São Paulo são de negros. E isso para dizer exatamente que não existe preconceito institucional — Olha, a polícia tem preconceito sobre o negro.

Quando vêm os Comandantes — já vieram outros Comandantes; hoje é o Comandante-Geral, o Coronel Paulo Henrique — e dizem exatamente sobre o processo de formação, sobre a depuração interna da instituição, sobre a permanente preocupação com os compromissos com a lei e a Constituição, o que é mais sagrado para a sociedade, isso demonstra exatamente o



caráter e o profissionalismo que existem nas forças policiais do Brasil, que não mais fazem mal exatamente por quê? As maiores omissões talvez estejam aqui conosco. Eu já vi matérias jornalísticas do nosso Presidente, Deputado Reginaldo Lopes, falando exatamente de propostas de alteração estrutural. E nós vamos estar juntos, debatendo, muitas vezes divergindo, e tantas vezes de mãos dadas dizendo: *“Nós precisamos parar com as omissões”*. Dia 5 de outubro, a nova Constituição vai completar 27 anos em que se mandou regulamentar o art. 144, que trata do sistema de segurança pública. E, por omissão, por falta de tempo, por termos assuntos mais importantes, sequer regulamentamos o papel da polícia ou das polícias no Brasil.

Santa Catarina, Sr. Presidente, dá um exemplo para o País. Eu estava até dizendo ao Comandante: *“Na segunda-feira, eu vou a Santa Catarina ver, por curiosidade, a eficiência”*. E não só por causa do partido “A”, “B” ou “C”, nada disso, mas é uma política de Governo, uma política de Estado.

Desde 2007, em Santa Catarina se faz Termo Circunstanciado. E se nós procurarmos para o maior interessado nesse assunto, deixando o corporativismo de lado, deixando preconceitos arraigados, luta de polícias, eu digo: *“Quando as polícias brigam são dois carecas brigando por um pente, não sabem o que fazer com ele, não vai ter utilidade”*. Só que Santa Catarina é um exemplo para o nosso País, um exemplo para o cidadão. Se nós quisermos ainda ficar: *“Ah, a viatura da Polícia Militar...”*. Então, deixa o meganha ficar num distrito, 5 horas, com a viatura parada, para que a outra polícia possa fazer um registro, eventualmente ser tomada uma providência — *“Ah, precisa de uma atividade de perícia; requisita para esse; faz um documento para aquele; vamos demonstrar quem é mais forte, quem manda mais”*, e a população sai perdendo.

Ao que nós estamos assistindo e o que nos foi apresentado pelas nossas autoridades talvez nos sirva de espelho: a própria política de valorização dos profissionais; a criação do subsídio; melhor valorização salarial, colocando entre as forças policiais melhores pagas e, por isso, exige mais, forma melhor; a evasão para outras carreiras profissionais seria muito menor, e isso dá uma expectativa extremamente positiva.

Sinto orgulho, meu Comandante, de ser um policial militar. Eu sou um major da Polícia Militar de São Paulo. Mas o nosso juramento não tem fronteiras. Nós





ficamos extremamente orgulhosos por nossos representantes terem a oportunidade não de defender. Às vezes, eu fico aqui de uma sala para outra, de uma CPI para a outra. Pareço um lutador de MMA se digladiando para tentar dizer da grandeza do trabalho realizado.

Mas quando os senhores vêm com essa propriedade... E podem ter certeza de que o Presidente da CPI, a Relatora, vários membros desta CPI estão desprovidos de preconceitos sobre as forças policiais. Hoje, eu vejo nas manifestações o Deputado Reginaldo totalmente isento. S.Exa. está como um cientista buscando uma maneira de resolver alguns problemas, e os senhores estão trazendo uma solução.

Vem o nosso Delegado-Geral e fala da eficiência e do que mais pode ser feito. Nós temos dificuldades. Agora, eu estava na outra sala — por isso, não acompanhei integralmente — num embate com o Ministro da Justiça sobre a redução da maioria penal, e tristemente ele me dizia: *“Eu não consigo ter informações do sistema prisional para dizer para vocês, porque as informações do nosso País não se comunicam.”*

Nós precisamos, Sr. Presidente, impulsionar a estruturação ou a reestruturação da segurança pública no nosso País. O Termo Circunstanciado é uma etapa, e os senhores, talvez, sejam aqueles que vão evoluir para o Ciclo Completo de Polícia, como muitos países fazem hoje. E não é para uma polícia se digladiar com a outra, não; é para ter eficiência no trabalho e fornecer uma prestação de serviço melhor para a população, maior sensação de segurança e qualidade no seu atendimento.

Assim como estamos aqui falando da criação da polícia penal, então, Ciclo Completo de Polícia no sistema prisional também, inclusive para a apuração das infrações ocorridas no sistema prisional, o mesmo em relação às estradas.

Eu não estava aqui quando foi dito que o Supremo Tribunal Federal já se manifestou da impossibilidade do Termo Circunstanciado. Há uma realidade, que, ao contrário, a decisão do Supremo Tribunal Federal sustenta, e os senhores não estão fazendo nada em relação ao fato de estar dentro de um campo de ilegalidade, não, e, sim, podem ser extremamente eficientes, e o são.



Sr. Presidente, encerrando as minhas considerações, cumprimento V.Exa. pela condução dos trabalhos. Cumprimento as nossas autoridades por estarem aqui, hoje, contribuindo de forma extremamente significativa para os resultados da nossa CPI. Nenhum de nós quer transigir nos números ou falsear a verdade ou coisa parecida.

Mas, uma coisa os senhores estão modificando: o pensamento desta Casa, talvez desta CPI, talvez da sociedade brasileira, que passará, a partir de manifestações maduras como essas, entender a polícia brasileira como parte da solução para minimizar os efeitos da violência e da criminalidade.

Parabéns aos senhores!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Major Olimpio.

Deputado Paulão, V.Exa. deseja fazer uso da palavra? (*Pausa.*)

Deputada Mariana Carvalho, V.Exa. deseja fazer uso da palavra?

**A SRA. DEPUTADA MARIANA CARVALHO** - Sr. Presidente, eu gostaria somente de pedir desculpas pelo atraso. Quero parabenizar, também, o nosso Delegado Éder, que foi responsável por esta audiência. Quero dizer que temos debatido, durante semanas, esse assunto e levado esses debates aos Estados.

Escutei o Deputado Major Olimpio falar que o relatório já estaria pronto. Realmente, tenho certeza de que sobre isso não temos como falar, porque ainda estamos indo aos Estados, ouvindo depoimentos, ouvindo a realidade de cada Estado. E isso é essencial.

Dizemos que hoje não existe preconceito é fechar os próprios olhos. Muitas vezes, o preconceito começa dentro da própria casa. Isso precisa ser mudado nas salas de aula, precisa ser levado até mesmo ao ensino básico, ao ensino fundamental, para que acabemos com os preconceitos. Os dados mostram que temos preconceitos, seja de forma verbal, seja pelo *bullying* em sala de aula. Nós não temos esses dados coletados.

Estou muito feliz por fazer parte desta Comissão e por estar aqui com colegas que realmente têm o mesmo pensamento. Eu, uma jovem, acredito muito num futuro do nosso País com mais igualdade. Tenho certeza de que, com a nossa CPI, poderemos avançar rumo às mudanças de que o País necessita, para que não



umentem esses números, para que não aumentem o número de perdas de nossos jovens, para fazer com que, infelizmente, os jovens, pobres e negros não se envolvam nessa forma de violência.

Deixo aqui os meus parabéns e agradeço a todos pela presença a esta audiência pública.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado.

Houve várias manifestações. Fica evidente que a política de segurança pública tem de ser combinada com uma polícia preventiva, ostensiva, que aja dentro de uma percepção moderna e baseada nos direitos humanos.

Ao observar os dados do Estado de Santa Catarina, verifica-se: letalidade policial baixa; morte de policiais pequena; taxas de elucidação de crimes contra brancos, 69% — no Brasil, essa taxa é de 8% — e elucidação de crimes contra negros é maior, 72,1%.

Nós distribuimos, na semana passada — não sei quais Estados estiveram presentes, não estou lembrando, não sei se foi Pernambuco, acho que foi Brasília — , um comparativo entre elucidação e número de homicídios. Quanto maior a elucidação, menor o número de homicídios. Canadá, a taxa é de 80%, ou seja, 2 homicídios para cada 100 mil; Reino Unido, 90% de elucidação, 1 homicídio; Brasil, 8% de elucidação, 29 homicídios.

É aquela velha história: é o tamanho da pena ou o tamanho da impunidade que define o tamanho da violência. É um pouco nessa linha.

Fizemos questão de convidar 6 Estados que têm menores números, porque convidamos 6 que têm maiores. É importante para conhecer o que está dando certo e o que está dando errado.

Eu também respeito a manifestação do Delegado Edson Moreira de que é inconstitucional usar TCO — Termo Circunstanciado de Ocorrência. Eu diria que, pelo que temos estudado, sob o ponto de vista de melhorar o sistema, o próprio Subprocurador da República, que esteve aqui, o Dr. Bonságua, disse que são a bem do serviço público o Ciclo Completo de Polícia e o TCO. Sempre há uma discussão sobre se devemos ou não adotá-los. Acho que essa é uma matéria que a CPI deveria resolver. Já que há questionamentos acerca da inconstitucionalidade, que resolvamos isso na PEC que vai tratar do sistema compartilhado, federativo e



republicano. Aliás, eu defendo que a CPI apresente essa proposta para o Congresso apreciar, para a sociedade brasileira.

Nesse sentido, eu tenho feito algumas perguntas meio padronizadas: a questão da letalidade policial; o número de policiais mortos; se concorda ou não com o uso do TCO, do Ciclo Completo de Polícia; a questão do Estatuto do Desarmamento; a redução da maioria penal; a questão da integração das polícias, se isso deveria ser por emenda constitucional; a unificação das polícias; perícias; IML; corregedorias e ouvidorias, se é importante serem autônomas. São perguntas só para as considerações finais dos senhores, caso queiram abordar um pouco sobre isso, no geral.

Eu quero pedir só 1 minuto, aproveitando a presença dos Deputados, para aprovação das atas, e também da Relatora Rosangela Gomes, que está presente aqui.

Informo aos Srs. Parlamentares que estão disponíveis cópias das atas da 23ª, 24ª, 25ª e 26ª reuniões da Comissão.

Indago ao Plenário se há necessidade de leitura das atas. *(Pausa.)*

Deputado Major Olimpio, V.Exa. pede dispensa das atas?

**O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO** - Solicito a V.Exa. a dispensa das atas e a votação das mesmas, por aclamação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Dispensada a leitura das atas, a pedido do Deputado Major Olimpio.

Em discussão as atas. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-las, coloco as atas em votação.

Os Deputados que as aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Estão aprovadas as atas da 23ª, 24ª, 25ª e 26ª reuniões.

Quero começar passando a palavra ao Delegado-Geral da Polícia Civil, Sr. Artur Nitz, para responder a algumas manifestações e fazer suas considerações finais.

**O SR. ARTUR NITZ** - Eu vou me ater a um fato, que é a questão da resolutividade. Por que, no nosso Estado, ela é índice, comparado com os demais, e aumenta consideravelmente? Um fato é a harmonia do trabalho entre as instituições policiais, em que pese que, em alguns momentos, possamos ter alguns



posicionamentos diferentes dos demais, mas a harmonia, efetivamente, existe, sob a batuta do nosso Secretário; a preservação do local do crime e o trabalho do Instituto Geral de Perícias, que, lá no nosso Estado também é autônomo, faz parte da Secretaria de Segurança Pública. E, dentro do guarda-chuva, é um dos quatro órgãos da nossa Secretaria. Então, a questão do levantamento do local do crime, por parte do Instituto Geral de Perícias, também contribui, e muito, para a elucidação dos delitos. Esse trabalho requer um conjunto de fatores que, em harmonia, acaba dando um resultado positivo para toda a sociedade. Quanto a questões institucionais, sempre há discussões ou outras, mas não pretendo entrar nessa seara.

Agora, antes de descer no aeroporto, lá de cima, eu vi um CIEP — Centro Integrado de Educação Pública, educação em tempo integral. O CIEP não vai solucionar todos os problemas. Os crimes continuarão ocorrendo, mas acho que educação, em tempo integral, em muito contribuirá para uma melhora da nossa sociedade. Acho que a educação é a base de tudo.

No nosso Estado, como bem frisou o Sr. Ivan Ranzolin, nós temos o sistema fundacional. Nós temos nove instituições educacionais que abarcam todas as macrorregionais. Assim, todo jovem catarinense tem acesso à educação, tem acesso a uma universidade. Talvez seja, também, uma contribuição muito efetiva no que diz respeito à criminalidade.

Era só isso que eu gostaria de dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado.

Passo a palavra para o nosso Defensor Público-Geral do Estado de Santa Catarina, ex-colega desta Casa, Dr. Ivan Ranzolin.

**O SR. IVAN RANZOLIN** - Na verdade, não se consegue buscar soluções para um problema dessa envergadura sem um grande debate, buscando as experiências em todos os Estados. O que não pode continuar acontecendo é essa violência contra o jovem. Nós estamos extinguindo uma geração.

Quando falamos de Santa Catarina, eu fiz questão de falar que nós estamos trabalhando com o Sistema ACAFE — Associação Catarinense das Fundações Educacionais, que são as universidades que realmente levam o jovem para dentro das universidades. Eu me dediquei muito ao esporte na escola. Todas as escolas



têm que ter a prática de esporte, porque o jovem é impetuoso, quer gastar energia. Ele precisa estar na sala de aula e, depois, gastar suas energias no esporte. Infelizmente, no Brasil, as nossas universidades federais não têm a prática do esporte, como em outros Estados, que têm os atletas universitários de várias modalidades de esporte.

Na realidade, é o seguinte: cada um dá uma ideia. Mas, para aprimorar, para realmente a gente achar os caminhos necessários, tem que se fazer o debate. Sem o debate público, sem colher as experiências, a gente acaba errando, legislando equivocadamente. Por isso, eu quero cumprimentá-lo.

Em relação ao que o Deputado falou da abertura da porta do galinheiro, pode ter certeza de que, quando eu vim trazer essas informações, tinha certeza de que a raposa estava presa. (*Risos.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Eu estava tentando explicar para o nosso convidado e colega Ivan Ranzolin o que o Delegado Edson Moreira quis dizer.

Uma parte dos membros da CPI ou a totalidade trabalha para resolver o problema de dados sobre a segurança pública. Os senhores mesmo que são da área sabem que essa é uma luta. O próprio Ministro, de acordo com a intervenção do Deputado Major Olímpio, admitiu a dificuldade dos dados — e olha que ele é o Ministro da Justiça e comanda o SINESP — Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas.

Então, é evidente que essa é uma questão que nós temos que resolver na CPI com emenda constitucional. Devem ser de responsabilidade do gestor no Estado as informações da sua transparência e do tempo de resposta, na minha opinião.

Então, sempre que há um extermínio, genocídio ou muitas mortes de jovens negros, isso é baseado no mapa da violência, que afirma que da totalidade dos jovens que são assassinados quase 80% são negros.

Por isso, quando o senhor nos presenteou com o mapa da violência, com base nos estudos do Julio Jacobo, o Deputado disse que o senhor deu para os Deputados que defendem essa tese e concordam com essa estatística, composta por dados importantes, transparentes e de um estudioso, o galinheiro para as



raposas. Ele quis dizer que a gente estaria facilitando a nossa tese, a tese especial que eu defendo, porque são os dados que nós temos. Acho que foi isso. Nada contrário. Aqui nós acolhemos e recebemos com muito carinho o livro que o senhor nos trouxe.

**O SR. IVAN RANZOLIN** - Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Passo a palavra ao Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, Paulo Henrique Hemm.

**O SR. PAULO HENRIQUE HEMM** - Sr. Deputado, eu gostaria de fazer uma observação com relação ao TCO — Termo Circunstanciado de Ocorrência. Se ele é constitucional ou não, nós temos que perguntar para o cidadão que lá é atendido tanto pela Polícia Civil como pela Polícia Militar. Acredito que ele possa dizer se é importante ou não.

Sr. Presidente, hoje, nós utilizamos como ferramenta a tecnologia, que está dando um tempo-resposta preciso, está tornando cada vez mais ágil o serviço das instituições policiais. Ela integra as informações, melhora o resultado e colabora com a elucidação dos crimes. Com isso, temos o resultado que o Sr. Secretário apresentou.

Finalizando, quero dizer que a nossa polícia não prepara o policial para o combate. Está preparando o policial cada vez mais para ser um policial cidadão. Isso faz muita diferença.

Era isso o que nós teríamos para acrescentar. Agradeço, mais uma vez, a oportunidade.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Agradeço ao Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina.

Com a palavra o Secretário de Estado de Segurança Pública de Santa Catarina, Sr. César Grubba.

**O SR. CÉSAR AUGUSTO GRUBBA** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, obrigado pela atenção que nos dispensaram e pela oportunidade de nos manifestarmos, atendendo à convocação da CPI para trazermos as nossas ideias, as nossas opiniões e os índices do Estado de Santa Catarina.



Eu queria fazer apenas algumas colocações rápidas, até porque terei um voo logo mais para retornar a Florianópolis. Sou, aliás, estou Secretário de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina. Na verdade, sou Promotor de Justiça há 30 anos no meu Estado. Já percorri os mais diversos Municípios, as mais diversas comarcas. Fui Promotor no extremo oeste, no oeste, no planalto, na cidade de Joinville e, na Capital do Estado, Florianópolis, fui, durante 6 anos, Promotor do júri também. Quando fui Promotor em Joinville, dentre outras funções, trabalhei no Juizado Especial Criminal e sempre tratamos do Termo Circunstanciado da Polícia Militar.

Naturalmente, quando assumi o cargo de Secretário de Segurança Pública, em 1º de janeiro de 2011, a orientação foi nesse mesmo sentido, para que a Polícia Militar continuasse fazendo o Termo Circunstanciado nos crimes de menor potencial ofensivo, com base na Lei nº 9.099.

Sou bem franco em dizer que havia mais resistência. Nós tínhamos uma série de resistência, principalmente de alguns delegados da Polícia Civil em Santa Catarina. Hoje essa resistência diminuiu. Não digo que não exista mais nenhum tipo de resistência. Ainda tem alguma coisa pendente, mas é bem menor.

Eu sempre digo para os delegados — já disse ao Delegado Artur Nitz, não preciso repetir, porque eu sei qual é a posição dele — que a Polícia Civil não precisa se preocupar com os crimes de menor potencial ofensivo, porque 90% das ações policiais se iniciam com a chamada ao 190. A Polícia Militar se desloca ao local do fato, que é muitas vezes longe. Se o crime é de menor potencial ofensivo, para que a Polícia Militar precisa pegar aquelas pessoas, levar para uma delegacia de polícia, perder tempo com deslocamento de viatura, ficar uma, duas ou três horas empenhada na delegacia para depois retomar o atendimento de novas ocorrências? Há muitos crimes de maior potencial ofensivo para os quais a Polícia Civil pode se dedicar na investigação, apuração e resolutividade.

Sei que o posicionamento do nosso Tribunal é pacífico no sentido de que o TC é constitucional e pode ser feito pela Polícia Militar. O STJ também tem esse mesmo entendimento, e sei que havia uma divergência entre turmas do Supremo Tribunal Federal. Uma turma entendia que era constitucional e outra entendia que não poderia ser feito esse termo. Mas eu desconheço totalmente essa súmula





vinculante do Supremo Tribunal Federal quanto à inconstitucionalidade do Termo Circunstanciado. Desconheço totalmente. Acredito que ela não exista.

Segurança pública, na verdade, se faz com políticas públicas, estando o Estado social junto com o Estado policial. Nós temos que investir. Segurança pública não é despesa. Segurança pública é investimento. Temos que investir, cada vez mais, em segurança pública para dar a resposta de que a sociedade precisa e pede. Hoje, a segurança pública está na linha de frente das reivindicações. Em qualquer pesquisa que se faça no Brasil, segurança pública está na linha de frente, mais até do que saúde e educação, porque não adianta termos educação e saúde se não tivermos segurança pública.

Como disse o Deputado de cujo nome não me recordo, da década de 80 para cá nós vivemos a banalização da violência no Brasil. O crime cresce na ausência do Estado. Quando o Estado é ausente, o crime cresce. O Estado tem que estar sempre presente.

Por isso, não se faz política sem investimentos maciços em segurança pública, em tecnologia de ponta, em mobilidade e estrutura, como a renovação da frota de veículos, recomposição e compra de *kits* de segurança policial. Em Santa Catarina, nós temos um exemplo. Em 2012, compramos 12 mil *kits* policiais. Hoje, em Santa Catarina, não existe nenhum policial militar ou civil que não tenha seu próprio *kit*. O do policial militar é composto de colete balístico, cinturão, tonfa, pistola ponto 40, par de algemas. Todo policial, seja militar, seja civil, tem seu próprio *kit*.

Não se faz segurança pública também sem pessoal. A demanda por efetivos policiais militares e civis é crescente e permanente, não só no Estado de Santa Catarina, mas em todo o Brasil. Não adianta também comprarmos equipamentos de ponta, viaturas e armamentos se não tivermos policiais suficientes para usá-los e com motivação para isso. Portanto, temos que investir cada vez mais em segurança pública para que a sociedade tenha uma resposta efetiva e não haja inversão da ordem.

Hoje, as pessoas de bem estão trancadas em sua residência, com janelas gradeadas, muros altos com cerca elétrica, com medo de sair de casa, e os criminosos — porque quem comete crime é criminoso — estão soltos, respondendo ao processo em liberdade.



O CONSESP — Colégio Nacional de Secretários de Segurança Pública, que reúne os 27 Estados da Federação, já entregou ao Presidente da Câmara dos Deputados e ao Presidente do Senado Federal as medidas que entendemos necessárias para modificação legislativa, penal e processual penal.

Não podemos conceber que o cidadão de bem fique trancado dentro de casa e o criminoso ande livre e solto pelas ruas, porque há reiteração da prática criminosa, principalmente do adolescente. Entrando na questão da redução da maioria penal, Deputado Reginaldo Lopes, por que hoje a sociedade clama tanto por redução da maioria penal?

Eu queria até colocar aqui que, na última reunião do CONSESP, no Rio de Janeiro, quando estiveram reunidos os 27 Secretários de Segurança Pública do Brasil, 25 Secretários se manifestaram a favor da redução da maioria penal, ou seja, quase que por unanimidade o CONSESP se manifestou e encaminhou moções ao Senado Federal e à Câmara dos Deputados pela redução da maioria penal. Mas por que isso? Nós temos que entender que a mera e simples redução da maioria penal não vai resolver o problema da criminalidade ou do adolescente. Nós temos que ter políticas públicas que acompanhem essa redução da maioria penal.

Como disse o Presidente, Deputado Reginaldo Lopes, o que é mais importante? O tamanho da pena ou o efetivo cumprimento da pena? Isso já vem do século XVIII, quando Beccaria já dizia que mais importante do que o tamanho da pena é o seu efetivo cumprimento.

Por isso, temos que pensar efetivamente se se deve reduzir a maioria penal ou fazer uma mudança radical no Estatuto da Criança e do Adolescente — ECA, para que nós tenhamos mais efetividade do cumprimento do ato infracional comparado a crime.

Eu agradeço a oportunidade de estar presente nesta CPI e me coloco, representando a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina, à disposição dos Srs. Deputados sempre que for necessário.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Secretário, só para informar que, de acordo com a assessoria jurídica da CPI, de fato, o Supremo



Tribunal Federal recebeu pedido da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 36/14, cuja Relatora foi a Ministra Cármen Lúcia, julgado no dia 20 de setembro de 2007, afirmando que a PM não pode lavrar TC.

Foi julgado? (*Pausa.*) Foi julgada. Eu não sabia também.

**O SR. CÉSAR AUGUSTO GRUBBA** - Não é súmula vinculante?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Não é súmula vinculante. É uma ADIN. Foi julgada em 20 de setembro de 2007.

O próprio Subprocurador que esteve aqui disse que o TCO e o termo completo são a bem do serviço público. Nós o ouvimos aqui na semana passada.

Eu quero agradecer a presença de todos, principalmente a do Comandante-Geral da Polícia Militar, Paulo Henrique Hemm, pela contribuição, a do Secretário de Segurança Pública, César Grubba, pelo trabalho realizado, a do ex-Deputado Ivan Ranzolin, nosso colega, agora à frente da Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina, a do Artur Nitz, pela condução da Polícia Civil, e a da Relatora da nossa CPI, a Deputada Rosangela Gomes, do PR do Estado do Rio de Janeiro.

Sra. Relatora, V.Exa. quer fazer alguma manifestação? (*Pausa.*)

Quero declarar encerrado o nosso trabalho, antes convocando reunião para quinta-feira, dia 18, às 9h30min, quando teremos a presença do Ministro da Secretaria dos Direitos Humanos, Pepe Vargas.

Na segunda-feira, dia 22, estaremos em São Paulo para uma diligência e audiência pública e, na terça-feira, receberemos o Secretário de Estado de Segurança Pública e representantes da Polícia Militar, Polícia Civil e Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

Aqui também receberemos os Ministros dos 11 Ministérios responsáveis pelo Juventude Viva, um programa de políticas preventivas e afirmativas contra a violência nos territórios mais violentos, de acordo com o mapa da violência, que estão em 142 Municípios.

O Delegado-Geral da Polícia Civil falou sobre a escola em tempo integral, e faz parte do trabalho da CPI também trazer a política do Governo da Presidenta Dilma, uma política do Estado brasileiro, para em 10 anos intervir na vulnerabilidade juvenil e nas condições da nossa juventude, em especial a mais vulnerável.



Nós estamos combinando esse convite, apesar de ter sido uma convocação, também com os Ministérios, que vão aplicar na ponta as políticas preventivas em relação à violência.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

Declaro encerrados os nossos trabalhos.